

Eólica Lanchinha
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Eólica Lanchinha S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Lanchinha S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Lanchinha S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado,

da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000190/F-9



Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Eolica Lanchinha S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017 (Reapresentado)	Passivo	Nota	2018	2017 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	449	1.422	Fornecedores		1.101	3.878
Contas a receber	7	1.481	4.563	Financiamentos	9	8.685	5.142
Adiantamento a fornecedores		4	-	Debêntures	10	-	12.433
Tributos compensáveis		583	558	Obrigações tributárias		245	937
Despesas antecipadas		161	144	Obrigações sociais e trabalhistas		3	-
Total do ativo circulante		2.678	6.687	Partes relacionadas		748	1.761
				Total do passivo circulante		10.782	24.151
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	6	8.680	5.301	Financiamentos	9	62.217	69.715
Contas a receber	7	3.590	2.964	Obrigações tributárias		-	2.922
Mútuos financeiros com partes relacionadas		-	5.300	Provisão para desmobilização		76	76
Despesas pagas antecipadamente		701	-	Total do passivo não circulante		62.293	72.713
Outras contas a receber		156	-				
Imobilizado	8	119.924	124.126	Patrimônio líquido	11		
Total do ativo não circulante		133.051	137.691	Capital social		65.507	49.125
				Prejuízos acumulados		(2.853)	(1.611)
				Total do patrimônio líquido		62.654	47.514
Total do ativo		135.729	144.378	Total do passivo e patrimônio líquido		135.729	144.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eolica Lanchinha S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	13	17.480	21.377
Custos de geração	14	<u>(8.159)</u>	<u>(7.476)</u>
Lucro bruto		<u>9.321</u>	<u>13.901</u>
Despesas gerais ou administrativas	15	(989)	(3.116)
Outras receitas/despesas		<u>-</u>	<u>571</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>8.332</u>	<u>11.356</u>
Receita financeiras	16	231	89
Despesas financeiras	16	<u>(9.158)</u>	<u>(13.598)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(8.927)</u>	<u>(13.509)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(595)</u>	<u>(2.153)</u>
Imposto de renda	12	(421)	302
Contribuição social	12	<u>(226)</u>	<u>109</u>
Resultado do exercício		<u>(1.242)</u>	<u>(1.742)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eolica Lanchinha S.A.

Demonstrações dos resultados abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	(1.242)	(1.742)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(1.242)</u></u>	<u><u>(1.742)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eolica Lanchinha S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital Social			
	Capital Social	Capital social a integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>47.195</u>	<u>131</u>	<u>-</u>	<u>47.326</u>
Subscrição e integralização de capital social	1.930	-	-	1.930
Resultado do exercício	-	-	(1.742)	(1.742)
Absorção de prejuízo	<u>-</u>	<u>(131)</u>	<u>131</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017 - Reapresentado	<u>49.125</u>	<u>-</u>	<u>(1.611)</u>	<u>47.514</u>
Subscrição de capital social	16.583	(16.583)	-	-
Integralização de capital	-	16.382	-	16.382
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.242)</u>	<u>(1.243)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>65.708</u>	<u>(201)</u>	<u>(2.853)</u>	<u>62.653</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eolica Lanchinha S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	(595)	(2.153)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	6.762	8.908
Custo de captação apropriado ao resultado	1	-
Depreciação e amortização	4.547	4.401
Tributos diferidos	-	(506)
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em impostos recuperáveis	(25)	(182)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(718)	(113)
Aumento (redução) em fornecedores	(2.777)	2.437
(Aumento) redução em outras contas a receber	(156)	-
(Aumento) redução em contas a receber partes relacionadas	5.300	(5.300)
(Aumento) redução em contas a receber	2.456	(3.148)
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores	(4)	-
Aumento (redução) em contas a pagar partes relacionadas	(1.013)	1.471
Aumento (redução) em obrigações sociais	3	-
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(3.614)	(226)
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	10.167	5.589
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(6.401)	-
Pagamento de IR e CS	(647)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	3.119	5.589
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Aquisição imobilizado	(345)	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(345)	(2)
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento		
Aplicação em fundos vinculados	(3.379)	(2.785)
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(4.317)	(11.615)
Pagamentos de debentures	(12.433)	(1.635)
Integralização de capital	16.382	1.930
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	(3.747)	(14.105)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(973)	(8.518)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.422	9.940
No fim do exercício	449	1.422
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(973)	(8.518)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Eólica Lanchinha S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de setembro de 2011, com sede na cidade de Lagoa Nova, estado de Rio Grande do Norte. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento Lanchinha, incluindo a implantação e montagem, bem como a comercialização de energia.

A Companhia possui 1 (uma) central geradora de energia eólica situadas no município de Tenente Laurentino Cruz, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de quatorze unidades geradoras de 2 MW¹, totalizando 28 MW¹ de capacidade instalada.

A Companhia iniciou suas operações comerciais e geração de energia em 20 fevereiro de 2016.

b. Autorização

A autorização para funcionamento como produtor independente de energia elétrica possui prazo de 30 (trinta) anos contados a partir da publicação da Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. A resolução, bem como a data de sua emissão é:

Central geradora eólica	Portaria ANEEL	Data da publicação
Lanchinha	266	30/04/2012

c. Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 2.853, prejuízo do exercício no montante de R\$ 1.242 e passivo circulante em excesso ao ativo circulante nas demonstrações financeiras no montante de R\$ 8.104. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas que estão a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1 de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

(i) CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 Receitas, o CPC 17 Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A partir da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a reconhecer as receitas de venda de energia considerando cinco passos: i) identificação do contrato com cliente; ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumpriu as obrigações de desempenho.

Essas alterações não resultaram em efeitos materiais no reconhecimento da receita de venda de energia, bem como, nas demonstrações financeiras.

(ii) CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

Classificação e mensuração -Ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a norma é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixas contratuais. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, apenas na classificação, conforme demonstrado abaixo:

R\$ mil	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Saldo em 01/01/2018 (Reapresentado)
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	VJR	1.419
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	7.257
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	VJR	5.301
Total de ativos financeiros			13.980
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado	3878
Debêntures	Outros passivos	Custo amortizado	12.433
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado	74.857
Total de passivos financeiros			91.168

Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com base na avaliação da Companhia, este requerimento não gerou impacto materiais na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais.

4 Retificação de erros

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base no “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu ajustes, de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial, demonstração do resultado e do resultado abrangente e do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total de ativos	144.378	-	144.378
Caixa e equivalentes de caixa (iii)	6.723	(5.301)	1.422
Aplicações financeiras vinculadas (iii)	-	5.301	5.301
Outros ativos não impactados	137.655	-	137.655
Total de passivos	95.615	(152)	95.463
Fornecedores (i)	2.477	1.401	3.878
Dividendos obrigatórios (ii)	152	(152)	-
Outros passivos não impactados	92.986	-	92.986
Total do patrimônio líquido	48.763	(1.249)	47.514
Prejuízos acumulados (ii)	(362)	(1.249)	(1.611)
Demonstração do resultado e do resultado abrangente			
Em 31 de dezembro de 2017			

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Custos de operação (i)	(6.075)	(1.401)	(7.476)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas	12.757	(1.401)	11.356
Resultado do exercício	(341)	(1.401)	(1.742)
Resultado abrangente do exercício	(341)	(1.401)	(1.742)

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado antes dos tributos	(752)	(1.401)	(2.153)
Aumento em fornecedores	1.036	1.401	2.437
Caixa gerado pelas atividades operacionais	5.589	-	5.589
Aplicação em fundos vinculados	2.516	(5.301)	(2.785)
Caixa no fim do exercício	6.723	(5.301)	1.422

(i) Fornecedores

Em 2017 a Companhia deixou de reconhecer no resultado custos de competência do próprio exercício. Para corrigir tais erros, a Companhia ajustou o resultado de 2017 em contrapartida ao Passivo.

(ii) Dividendos obrigatórios

A Companhia identificou que os ajustes de períodos anteriores efetuados resultaram em diminuição dos dividendos mínimos obrigatórios, sendo assim, ajustou o saldo da conta em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

(iii) Aplicações financeiras vinculadas

A Companhia identificou que havia divulgado saldos de aplicações financeiras na rubrica de caixa e equivalentes, desta forma, reclassificou o montante referentes às aplicações financeiras vinculadas para o Ativo Não Circulante.

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial:

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhe um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

- (1) Identificar o contrato com o cliente
- (2) Identificar as obrigações de desempenho no contrato
- (3) Determinar o preço das transações
- (4) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
- (5) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Energia de Reserva no Ambiente Regulado - CER. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou

seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica - Pás	15 anos
Unidade de geração eólica - Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica - Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica - Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Veículos	7 anos
Equipamento geral de informática	6 anos
Software	5 anos
Licença de uso	5 anos

d. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou nenhum indicador para ativos não financeiros com vida útil definida para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

f. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (Base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

i. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque: as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das terras onde os parques eólicos estão instalados. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas. A Companhia incluirá nas obrigações de arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de R\$ 4.111 em 1º de janeiro de 2019. A Companhia espera que a adoção do CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos. parques eólicos estão instalados.

6 Caixas, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Bancos	17	3
Aplicações financeiras (a)	432	1.419
Total	449	1.422

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, junto ao Banco Bradesco, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, indexadas à CDI.

j. Aplicações financeiras vinculadas

Os valores aplicados em fundos vinculados fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As aplicações em contas reservas obedecem a metodologia de cálculo dos saldos mínimos obrigatórios descritas nos contratos de financiamento, sendo que cada contrato possui regras específicas, as quais são exigidas pelo Banco Financiador para que sejam mantidas contas reservas para garantia do pagamento do Serviço da Dívida, e pagamento do custo de Operação e Manutenção, entre outras, em casos específicos de falta de liquidez do projeto descritos nos contratos de financiamento.

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Reserva de divida BNDES	3.267	3.268
Centralizadora	1.790	-
Reserva especial	2.921	2.033
Reserva O&M	702	-
Total	8.680	5.301

7 Contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Camara Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	5.071	7.257
Circulante	1.481	4.563
Não Circulante	3.590	2.964

Todos os títulos em aberto em 31/12/2018 estão classificados como a vencer. O montante classificado como não circulante refere-se as provisões efetuadas e que serão liquidadas ao final do quadriênio conforme regras estabelecidas no Contrato de Venda de Energia celebrado com a CCEE.

8 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2018			31/12/2017
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	136.863	(17.532)	119.331	-
Edificações, obras civis benfeitorias	639	(64)	575	124.094
Imobilizado em andamento	-	-	-	32
Móveis e utensílios	22	(4)	18	-
Total	137.524	(17.600)	119.924	124.126

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Imobilizado					
Máquinas e equipamentos	-	-	123.876	(4.545)	119.331
Edificações, obras civis benfeitorias	124.094	323	(123.840)	(2)	575
Imobilizado em andamento	32	-	(32)	-	-
Móveis e utensílios	-	22	(4)	-	18
Total	124.126	345	-	(4.547)	119.924

	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado				
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Edificações, obras civis benfeitorias	128.495	-	(4.041)	124.094
Imobilizado em andamento	30	2	-	32
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Total	128.525	2	(4.041)	124.126

9 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
Financiamentos (a)	2,65% a.a. + TJLP	70.902	74.857
Circulante		8.685	5.142
Não Circulante		62.217	69.715

- (a) A Companhia possui contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária nestes contratos denominados de financiamento mediante abertura de crédito.

A movimentação dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

	Movimentação
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>79.164</u>
Juros Incorporados a Dívida	7.308
Amortização do Principal	(5.117)
Amortização de Juros	<u>(6.498)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>74.857</u>
Amortização de Juros	(6.144)
Amortização do Principal	(4.317)
Juros Incorporados a Dívida	6.505
Incorporação de Custo de captação	<u>1</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>70.902</u>

Covenants e garantias

O financiamento com o BNDES tem como garantia a totalidade das ações da Companhia e/ou a alienação fiduciária de equipamentos e/ou a cessão fiduciária dos direitos creditórios (recebíveis) da concessão e/ou carta fiança, calculada sobre o saldo devedor do financiamento.

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES, e manter até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” de acordo com as condições contratuais acordadas, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato;
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76;
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual a superior a 1,3 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2018.

10 Debêntures

Em 01 de julho de 2014 a diretoria executiva autorizou a emissão pública de debentures em série única de 89.000 debentures simples, não conversíveis em ações de espécie com garantia

real, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 89.000, com distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e das demais disposições e regulamentares aplicáveis. O prazo de vencimento foi de 48 meses, contadas de sua emissão e observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e amortizações extraordinárias facultativas.

Os juros remuneratórios serão pagos pela emissora, em única parcela na data do vencimento, a taxa inidene sobre o valor Unitário das Debêntures é de CDI + 2,40% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis” por dias úteis decorridos. O valor Unitário será atualizado pela variação acumulada das taxas médias diárias da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, até a integral liquidação das mesasm. A amortização ocorrerá em uma parcela na data de vencimento.

As garantias reais das debêntures são o contrato de penhor das ações, representado pela totalidade do capital social da Companhia em posse do Acionista Echoenergia Participações S.A., também são garantidas por cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes dos Contratos de Energia de Reserva - CER nº 128/10.

A movimentação das debêntures ocorreu da seguinte forma:

	Debêntures
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>12.468</u>
Amortização de juros	(1.635)
Juros Incorporados a Dívida	<u>1.600</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>12.433</u>
Amortização do principal	(12.433)
Amortização de juros	(257)
Juros Incorporados a Dívida	<u>257</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>

11 Patrimônio líquido

O capital social subscrito é de R\$ 65.708, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 49.125 em 31 de dezembro de 2017), e está representado por 65.708 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas durante o exercício de 2018 foi subscrito o montante de R\$ 16.583 de capital social e integralizado o montante de R\$ 16.382 de capital social. O valor total de capital social integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 65.507 (R\$ 49.125 em 31 de dezembro de 2017).

a. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

b. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício de 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 647 (R\$ 411 diferido em 31 de dezembro de 2017).

	<u>31/12/2018</u>	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	18.142	18.142
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.451	2.177
Demais receitas	233	330
Alíquota nominal	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Corrente	<u>(421)</u>	<u>(226)</u>
Imposto de Renda	<u>31/12/2017</u>	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes dos impostos	(2.153)	(2.153)
Despesas/Receitas não dedutíveis	<u>3.355</u>	<u>3.355</u>
Base de Cálculo do IRPJ e CSLL	<u>1.202</u>	<u>1.202</u>
Alíquota nominal	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Corrente	<u>302</u>	<u>109</u>

13 Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de energia elétrica (a)	18.142	22.021
(-) Deduções da receita bruta	(622)	(644)
Pis	(118)	(121)
Cofins	<u>(544)</u>	<u>(523)</u>
Total	<u>17.480</u>	<u>21.377</u>

- (a) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração própria no ambiente regulado, por meio de contratos de energia de reserva.

14 Custos de operação

	31/12/2018	31/12/2017
Depreciação e Amortização	(4.547)	(4.402)
Compra de energia	(8)	-
Arrendamentos e alugueis	(372)	(291)
Encargos de Transmissão e conexão	(702)	(1.382)
Serviços de terceiros	(1.427)	-
Despesas com manutenção	(187)	-
Seguros	(202)	-
Custo com pessoal	(1)	-
Taxa de fiscalização ANEEL	(242)	-
Custos intercompany	(415)	-
Outros custos	(5)	(1.401)
Taxas diversas	(13)	-
Custo com internet	(38)	-
Total	(8.159)	(7.476)

15 Despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços prestados pessoa jurídica	(238)	(2.363)
Despesa Associativa	(8)	(180)
Taxas e emolumentos	(75)	-
Legais, judiciais e publicações	(40)	-
Compartilhamento de despesas	(614)	-
Energia Eletrica	(1)	-
Internet	(4)	-
Gastos diversos	(9)	(573)
Total	(989)	(3.116)

16 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Rendimentos de aplicação financeira	231	89
Receitas financeiras	231	89
Juros BNDES	(6.505)	(7.308)
Tarifas Bancárias	(59)	-
Juros Debentures	(257)	(1.600)
Outras Despesas Financeiras	(277)	(1.936)
Juros Pagos	(1)	-
Amortização do custo de captação do empréstimo	(1)	-
Juros s/ Contratos	(98)	-
Comissões e fianças bancárias	(1.960)	(2.754)
Despesas financeiras	(9.158)	(13.598)

17 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2018, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo		
Echoenergia Participações S.A.	-	1.761
Total	-	1.761
Passivo		
Serras Holding S.A.	-	5.300
Echoenergia Participações S.A. (a)	748	-
Total	748	5.300
Resultado		
Compartilhamento de custos (a)	(415)	-
Compartilhamento de despesas (a)	(614)	-
Total	(1.029)	-

- (a) A Companhia possui despesas e contas a pagar referente a compartilhamentos de despesas entre as investidas e a Echoenergia Participações S.A.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

18 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	449	449	1.422	1.422
Fundos vinculados	8.680	8.680	5.301	5.301
Contas a receber	5.071	5.071	7.257	7.257
Fornecedores	1.101	1.101	3.878	3.878
Financiamentos	70.902	70.902	74.857	74.857
Total	86.203	86.203	92.715	92.715

b. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Fluxos de caixa contratuais					
31/12/2018	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.101	1.101	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	70.902	8.685	8.685	26.055	43.425
Total	72.003	9.786	8.685	26.055	43.425
31/12/2017 - Reapresentado	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	3.878	3.878	-	-	-
Debêntures	12.433	12.433	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	74.857	5.142	5.142	14.426	49.147
Total	91.168	21.453	5.142	14.426	49.147

c. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Ativos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	17	432	3	1.419
Fundos vinculados	-	8.680	-	5.301
Contas a receber	5.071	-	7.257	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	1.101	-	3.878	-
Financiamentos	70.902	-	74.857	-

d. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria,

avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com riscos de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2018 exposições financeiras atreladas a moeda estrangeira.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

e. Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40, preparou uma análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras expostos a riscos da variação de taxas de juros e índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2018 definido por meio destas expectativas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

	Variação 31/12/2018	Cenário provável 31/12/2019	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Variação das taxas de juros e índices					
Risco de aumento das taxas de juros e índices TJLP	6,50%	6,96%	0,5 p.p.	0,63 p.p.	0,75 p.p.
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI	6,50%	7,10%	0,6 p.p.	0,75 p.p.	0,9 p.p.

	Índice	Saldos em 31/12/2018	Sensibilidade		
			Provável	$\Delta + 25\%$	$\Delta + 50\%$
Risco de aumento (passivo)					
Empréstimos e financiamentos	TJLP	70.902	4.935	6.169	7.403
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	9.129	648	810	972

19 Contingências

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Assim como, não tramitam processos classificados como possíveis de perda que devam ser divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.